

8. PROCESSO RELATIVO AO PROCEDIMENTO Nº 4/19/DACPGP – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO NORMAL, BAIXA TENSÃO ESPECIAL, MÉDIA TENSÃO E “ILUMINAÇÃO PÚBLICA “(LOTE 5):

Da **DACPGP** submetendo à consideração do Executivo Municipal o procedimento mencionado em epígrafe e desencadeado através de Concurso Público com publicidade internacional ao abrigo da a) do nº 1 do artº 20º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Dec-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, republicado no Dec-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto, com as alterações vigentes, tendo em vista a aprovação das propostas que vão em anexo.

PROPOSTA

Procedimento n.º 4/19/DACPGP - Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em BTN - Baixa Tensão Normal $\leq 20,7$ kVA (lote 1), BTN - Baixa Tensão Normal $> 20,7$ kVA (lote 2); BTE - Baixa Tensão Especial (lote 3), MT - Média Tensão (lote 4) e "Iluminação Pública" (lote 5)


O procedimento mencionado em epígrafe é desencadeado através Concurso Público com publicidade internacional, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, tem em vista a aprovação das seguintes propostas:

- a) Aceitar as reclamações de acordo com o ponto 3.º da informação, remetendo novas minutas dos contratos, para aprovação.
- b) Nos termos do artigo 103.º do CCP notificar os ajustamentos ao contrato a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Parecer:

Propõe-se a remessa a Reunião de Câmara para aprovação das propostas constantes da presente informação.

O chefe da DACPGP,


(Domingos Lopes)

18/07/19

Despacho:

Remeta-se ao Órgão Executivo para aprovação do ponto 4.º da presente informação e aprovação das minutas dos contratos retificados, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,


(Ricardo Rio)

Data

18/07/2019

Autor	Nome	Carreira/Cargo
	Leila Camacho	Técnica Superior

1. Proposta

Notificar os adjudicatários "AXPO Energia Portugal, Unipessoal, Lda" e "Endesa Energia, S.A" da decisão sobre a reclamação das minutas dos contratos a celebrar.

2. Enquadramento

Na sequência da adjudicação do procedimento CPI/4/19/DACPGP, referente ao "Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em BTN - Baixa Tensão Normal <= 20,7 kVA (lote 1), BTN - Baixa Tensão Normal > 20,7 kVA (lote 2); BTE - Baixa Tensão Especial (lote 3), MT - Média Tensão (lote 4) e "Iluminação Pública" (lote 5)", adjudicados os Lotes 2 e 3 à AXPO Energia Portugal, Unipessoal, Lda, e o Lote 5 à Endesa Energia, S.A foram as empresas notificadas via plataforma eletrónica para apresentação dos documentos de habilitação e em cumprimento do disposto nos art.os 100.º e 101.º do CCP, enviou-se as minutas dos contratos para efeitos de aceitação ou eventual reclamação.

De acordo com o disposto no artigo 102.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) na sua versão atualizada, duas das empresas adjudicatárias apresentaram reclamação à minuta do contrato

Assim sendo, nos termos do n.º 2 do artigo 102.º do CCP, na sua versão atualizada, deve o órgão que aprovou a minuta do contrato notificar o adjudicatário da sua decisão, no prazo de 10 dias a contar da data da receção da reclamação.

3. Análise

A 16 de julho de 2019, foram os adjudicatários notificados da decisão de adjudicação, bem como da apresentação dos documentos de habilitação nos termos do artigo 77.º do CCP na sua versão atualizada.

Na mesma notificação foram ainda os adjudicatários notificados das minutas dos contratos de acordo com o artigo 100.º do CCO, e sendo concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se pronunciar sobre a aceitação ou reclamação da mesma, nos termos do artigo 101.º do CCP na sua versão atualizada.

1. A 16 de julho de 2019, o adjudicatário Endesa Energia, S.A apresenta reclamação sobre a minuta do contrato de acordo com o documento anexo – Anexo I;

Após análise à referida reclamação importa informar:

- a) Na Cláusula 4.ª Minuta Contrato – o Lote está mal identificado (o Lote adjudicado à Endesa é o 5 e não o 2) – relativamente a este ponto trata-se de um mero lapso de escrita, o qual se irá corrigir, pois a sua própria minuta de contrato na sua numeração encontra-se com a referência do procedimento correta “Minuta de Contrato n.º CPI/4/2019 – Lote 5”
- b) Na Cláusula 6.ª da Minuta do Contrato – o valor indicado para a Garantia Bancária não está correto e o lote adjudicado à Endesa foi o n.º 5 e não o 1 e o 4. Efetivamente a cláusula 6.ª da Minuta do Contrato menciona o seguinte: “Foi prestada pelo Segundo a favor do Primeiro, caução mediante Garantia Bancária/ Seguro Caução/ nº, pelo, até ao montante de € 51.883,69 (cinquenta e um mil, oitocentos e oitenta e três euros e sessenta e nove centimos) relativamente ao lote 1 e até ao montante de €35.386,50 (trinta e cinco mil, trezentos e oitenta e seis euros e cinquenta centimos), relativamente ao lote 4, (...) - Entende, neste caso, a Entidade Adjudicante que será de atender à reclamação, passando a cláusula 6.ª a ter a seguinte redação: “Foi prestada pelo Segundo a favor do Primeiro, caução mediante Garantia Bancária/ Seguro Caução/ nº, pelo, até ao montante de € 314.655,16 (trezentos e catorze mil, seiscentos e cinquenta e cinco euros e dezasseis centimos) relativamente ao lote 5. (...).

2. A 17 de julho de 2019, o adjudicatário AXPO Energia Portugal, Unipessoal, Lda, apresenta reclamação sobre a minuta do contrato de acordo com o documento anexo – Anexo II;

Após análise à referida reclamação importa informar:

- a) "De forma a permitir ao comercializador a gestão dos pontos de fornecimento junto do distribuidor, será necessário incluir no Contrato a seguinte Cláusula (ou, alternativamente, efetuar uma Declaração, que deve ser assinada pelas partes), com a seguinte redação (...) - relativamente a este ponto e caso se venha a confirmar essa necessidade, será redigida Declaração fora contrato;
- b) "No Contrato mencionam-se dois números de compromisso. Sugerimos que identifiquem o número de compromisso correspondente a cada lote" – relativamente a este ponto e tratando-se da celebração de apenas um único contrato tem apenas um n.º de compromisso.
- c) Na Cláusula 6.ª da Minuta do Contrato menciona-se o Lote 1 e 4. Sugerimos que se indiquem os valores das garantias bancárias que irão ser apresentados, relativos aos lotes 2 e 3 - Efetivamente a cláusula 6.ª da Minuta do Contrato menciona o seguinte: "Foi prestada pelo Segundo a favor do Primeiro, caução mediante Garantia Bancária/ Seguro Caução/ nº, pelo, até ao montante de € 51.883,69 (cinquenta e um mil, oitocentos e oitenta e três euros e sessenta e nove cêntimos) relativamente ao lote 1 e até ao montante de €35.386,50 (trinta e cinco mil, trezentos e oitenta e seis euros e cinquenta cêntimos), relativamente ao lote 4, (...) - Entende, neste caso, a Entidade Adjudicante que será de atender à reclamação, passando a cláusula 6.ª a ter a seguinte redação: "Foi prestada pelo Segundo a favor do Primeiro, caução mediante Garantia Bancária/ Seguro Caução/ nº, pelo, até ao montante de € 41.937,15 (quarenta e um mil, novecentos e trinta e sete euros e quinze cêntimos) relativamente ao lote 2 e até ao montante de €41.747,24 (quarenta e um mil, setecentos e quarenta e sete euros e vinte e quatro cêntimos), relativamente ao lote 3, (...).
- d) "Sugerimos que se exclua a Cláusula 10.ª (uma vez que é igual à Cláusula 9ª)" - relativamente a este ponto trata-se de um mero lapso de escrita, o qual se irá corrigir, aquando da celebração deste e dos restantes contratos.

4. Conclusões

1. As reclamações apresentadas foram efetuadas no prazo legal previsto.
2. É de notificar os adjudicatários da decisão sobre as reclamações apresentadas.
3. É de aceitar as reclamações de acordo com o ponto 3.º da presente informação, pelo que se remetem novas minutas dos contratos, para aprovação
4. Nos termos do artigo 103.º do CCP é de notificar os ajustamentos ao contrato a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

5. Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

MINUTA CONTRATO N.º CPI/4/2019-LOTE 2 E LOTE 3**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**

_____ No dia de de 2019, no edifício dos Paços do Município de Braga, celebram o presente contrato em conformidade com o despacho do órgão executivo do município de Braga, de de de 2019, praticado no exercício de competência própria, de acordo com o disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que aprovou a respetiva minuta. _____

_____ **Primeiro: MUNICÍPIO DE BRAGA**, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, cartão de cidadão n.º 09900460 7 ZY6, na qualidade de 1.º outorgante. _____

_____ **Segundo: AXPO – Energia Portugal, Unipessoal, Lda.**, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º 514286652/NIPC, com sede na Avenida Duque de Loulé, n.º 123, Unidades 2.3 e 2.4, 1050-089 Lisboa, representada por _____, cartão de cidadão n.º _____, como 2.º outorgante, na qualidade de representante legal, com poderes para o ato, conforme procuração e/ou certidão permanente, com o código de acesso n.º _____ que se arquiva. _____

O presente contrato rege-se pelas cláusulas seguintes: _____
_____. 1.º _____

_____ **Este contrato tem por objeto o Fornecimento de energia elétrica para as Instalações alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN) > 20,7 kVA (lote 2) e Baixa Tensão Especial (BTE) (lote 3)**, cuja adjudicação foi feita por deliberação do órgão executivo do Município de Braga, na sua reunião do dia de de 2019, aquando da aprovação da respetiva minuta, no exercício de competência que lhe está conferida pelo artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sequência do **Concurso Público com publicidade internacional - CPI/4/19/DACPGP**, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de

31 de agosto, com as alterações vigentes, de acordo com o caderno de encargos, bem como nos termos da proposta adjudicada, que fazem parte integrante do presente contrato. _____

2.º

_____ Este contrato tem, nos termos do artigo 290.º - A do CCP, como gestor do contrato o Eng.º Bruno Correia. _____

3.º

_____ O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 24 meses a contar da data que venha a ser expressamente definida para o efeito no contrato, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato. _____

Findo o prazo referido no parágrafo anterior, e caso não tenha sido atingido o valor previsto no n.º 3 da cláusula 5.ª, o contrato extingue-se, sem que assista ao prestador de serviços o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas. _____

4.º

_____ Pelo fornecimento objeto do contrato, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segunda Outorgante:

1. **Lote 2 - BTN - Baixa Tensão Normal (BTN) > 20,7 kVA pelo preço contratual** de 838.743,02 € (OITOCENTOS E TRINTA E OITO EUROS, SETECENTOS E QUARENTA E TRÊS EUROS E DOIS CÊNTIMOS), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. **Lote 3 - Baixa Tensão Especial (BTE) pelo preço contratual** de 834.944,72€ (OITOCENTOS E TRINTA E QUATRO MIL, NOVECIENTOS E QUARENTA E QUATRO EUROS E SETENTA E DOIS CÊNTIMOS), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.
3. O pagamento dos encargos previstos nos números anteriores será efetuado mensalmente, conforme proposta apresentada e nos termos das cláusulas 5.ª a 7.ª do Caderno de Encargos _____

5.º

_____ A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte 0102/02.0201 do Orçamento do Município em vigor, em conformidade

**DIVISÃO DE APROVISIONAMENTO,
CONTRATAÇÃO PÚBLICA E
GESTÃO DE PATRIMÓNIO**

com as informações de cabimento e de compromisso n.º 41209 e 49301 de 17 de abril e 03 de julho, respetivamente, e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para os anos seguintes, conforme indicado na referida informação de compromisso, encontrando-se a respetiva repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais autorizadas previamente pelo órgão deliberativo competente, nos termos do disposto no nº1 do artigo 23º - Assunção de Compromissos Plurianuais das Normas de Execução Orçamental, aprovadas em anexo ao PPI e Orçamento Municipal para o ano de 2019, 2020 e 2021, aprovados nas reuniões realizadas dos dias 31 de outubro de 2018 (Órgão Executivo), 14 de Dezembro de 2018 (Órgão Deliberativo) e alteradas por Despacho do Sr. Presidente da Camara Municipal de Braga de 15 de março de 2019.

6.º

“Foi prestada pelo Segundo a favor do Primeiro, caução mediante Garantia Bancária/ Seguro Caução/ nº, pelo, até ao montante de € 41.937,15 (quarenta e um mil, novecentos e trinta e sete euros e quinze cêntimos) relativamente ao lote 2 e até ao montante de €41.747,24 (quarenta e um mil, setecentos e quarenta e sete euros e vinte e quatro cêntimos), relativamente ao lote 3, destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Segundo no âmbito do processo relativo à adjudicação nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes.

7.º

Para resolução de todos os litígios emergentes da execução do presente contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

8.º

O Primeiro Outorgante obriga-se a, durante a vigência do presente Contrato e após a sua cessação, manter confidencialidade sobre todos os dossiers, documentos, dados e informações obtidos em virtude da execução

deste Contrato, e que se refiram ao Segundo Outorgante, nomeadamente sobre a sua organização, atividade ou negócio, e qualquer outro dado de natureza comercial e/ou técnica, não podendo, designadamente, extrair cópias, divulgá-los ou comunicá-los a terceiros. _____

_____O dever de confidencialidade abrange a reprodução da informação em qualquer suporte informático, ou outro meio de registo de dados. _____

_____9.º_____

_____Em tudo o que não esteja integralmente previsto no presente contrato aplicar-se-ão as demais cláusulas do caderno de encargos, a proposta, e o disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável. _____

_____Este contrato foi elaborado, em duplicado, sendo um exemplar para cada uma das partes. _____

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

R

MINUTA CONTRATO N.º CPI/4/2019-LOTE 5

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

_____No dia _____ de _____ de 2019, no edifício dos Paços do Município de Braga, celebram o presente contrato em conformidade com o despacho do órgão executivo do município de Braga, de _____ de _____ de 2019, praticado no exercício de competência própria, de acordo com o disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que aprovou a respetiva minuta. _____

_____ **Primeiro: MUNICÍPIO DE BRAGA**, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, cartão de cidadão n.º 09900460 7 ZY6, na qualidade de 1.º outorgante. _____

_____ **Segundo: Endesa Energia, S.A – Sucursal Portugal**, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º 980245974/NIPC, com sede na Quinta da Fonte, Ed. D. Manuel I, Piso 0, Ala B, 2770-203 Paço de Arcos Oeiras, representada por _____, cartão de cidadão n.º _____, como 2.º outorgante, na qualidade de representante legal, com poderes para o ato, conforme procuração e/ou certidão permanente, com o código de acesso n.º _____, que se arquiva. _____

O presente contrato rege-se pelas cláusulas seguintes: _____
_____ 1.ª _____

_____ **Este contrato tem por objeto o Fornecimento de energia elétrica para as Instalações alimentadas em Iluminação Pública (lote 5)**, cuja adjudicação foi feita por deliberação do órgão executivo do Município de Braga, na sua reunião do dia _____ de _____ de 2019, aquando da aprovação da respetiva minuta, no exercício de competência que lhe está conferida pelo artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sequência do **Concurso Público com publicidade internacional - CPI/4/19/DACPGP**, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, de

acordo com o caderno de encargos, bem como nos termos da proposta adjudicada, que fazem parte integrante do presente contrato. _____

2.º

_____ Este contrato tem, nos termos do artigo 290.º - A do CCP, como gestor do contrato o Eng.º Bruno Correia. _____

3.º

_____ O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 24 meses a contar da data que venha a ser expressamente definida para o efeito no contrato, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato. _____

Findo o prazo referido no parágrafo anterior, e caso não tenha sido atingido o valor previsto no n.º 3 da cláusula 5.ª, o contrato extingue-se, sem que assista ao prestador de serviços o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas. _____

4.º

_____ Pelo fornecimento objeto do contrato, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segunda Outorgante:

1. **Lote 5 - Iluminação Pública (IP) pelo preço contratual de 6.293.103,24 € (SEIS MILHÕES, DUZENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL, CENTO E TRÊS EUROS E VINTE E QUATRO CÊNTIMOS), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.**
2. O pagamento dos encargos previstos no número anterior será efetuado mensalmente, conforme proposta apresentada e nos termos das cláusulas 5.ª a 7.ª do Caderno de Encargos _____

5.º

_____ A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte 0102/02.0201 do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com as informações de cabimento e de compromisso n.º 41209 e 49301 de 17 de abril e 03 de julho, respetivamente, e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para os anos seguintes, conforme indicado na referida

informação de compromisso, encontrando-se a respetiva repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais autorizadas previamente pelo órgão deliberativo competente, nos termos do disposto no nº1 do artigo 23º - Assunção de Compromissos Plurianuais das Normas de Execução Orçamental, aprovadas em anexo ao PPI e Orçamento Municipal para o ano de 2019, 2020 e 2021, aprovados nas reuniões realizadas dos dias 31 de outubro de 2018 (Órgão Executivo), 14 de Dezembro de 2018 (Órgão Deliberativo) e alteradas por Despacho do Sr. Presidente da Camara Municipal de Braga de 15 de março de 2019. _____

6.º

____ Foi prestada pelo Segundo a favor do Primeiro, caução mediante Garantia Bancária/ Seguro Caução/ nº, pelo, até ao montante de € 314.655,16 (trezentos e catorze mil, seiscentos e cinquenta e cinco euros e dezasseis cêntimos) relativamente ao lote 5, destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Segundo no âmbito do processo relativo à adjudicação nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes. _____

7.º

____ Para resolução de todos os litígios emergentes da execução do presente contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. _____

8.º

____ O Primeiro Outorgante obriga-se a, durante a vigência do presente Contrato e após a sua cessação, manter confidencialidade sobre todos os dossiers, documentos, dados e informações obtidos em virtude da execução deste Contrato, e que se refiram ao Segundo Outorgante, nomeadamente sobre a sua organização, atividade ou negócio, e qualquer outro dado de natureza comercial e/ou técnica, não podendo, designadamente, extrair cópias, divulgá-los ou comunicá-los a terceiros. _____

_____O dever de confidencialidade abrange a reprodução da informação em qualquer suporte informático, ou outro meio de registo de dados. _____

_____9.ª_____

_____Em tudo o que não esteja integralmente previsto no presente contrato aplicar-se-ão as demais cláusulas do caderno de encargos, a proposta, e o disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável. _____

_____Este contrato foi elaborado, em duplicado, sendo um exemplar para cada uma das partes. _____

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

MUNICIPIO BRAGA

Exmos Senhores,

A AXPO procedeu à análise da Minuta do Contrato proposta, e vem por este meio efetuar os seguintes comentários:

1. Para elaboração do Contrato, deve ser tido em conta que a Axpo Energia Portugal, Unipessoal, Lda, é representada por dois representantes legais:

Jose Luis Novo Alvarez (documento de identificação número 02532827K)

Jose Ignacio Ortiz Lopez, (documento de identificação número 10894261N)

2. De forma a permitir ao comercializador a gestão dos pontos de fornecimento junto do distribuidor, será necessário incluir no Contrato a seguinte Cláusula (ou, alternativamente, efetuar uma Declaração, que deve ser assinada pelas partes), com a seguinte redação:

Acesso à Rede

1.A celebração do presente Contrato pressupõe que a entidade adjudicante expressamente autorize a AXPO para que esta, em sua representação, promova junto do operador da rede de distribuição todas as acções necessárias à activação, alteração e demais acções relacionadas com a gestão do(s) ponto(s) de fornecimento, bem como proceda à consulta das suas características técnicas.

2. A AXPO, com o objectivo de levar a cabo o fornecimento de energia ora contratado e dando cumprimento às obrigações legais e regulamentares, nomeadamente as constantes no RRC e no RQS, transmitirá ao operador da rede de distribuição todos os dados da entidade adjudicante eventualmente necessários a esse fim, incluindo os dados referentes a Clientes prioritários.

3. Por seu lado, a entidade adjudicante expressamente autoriza a transmissão de tais dados nos termos e para os efeitos ora consignados, aceitando também a sua incorporação no registo do ponto de entrega, obrigando-se ainda a fornecer todos os documentos eventualmente necessários à realização do registo junto do referido operador.

3. No Contrato mencionam-se dois números de compromisso. Sugerimos que identifiquem o número de compromisso correspondente a cada lote.

4. Na Cláusula 6ª, menciona-se o Lote 1 e 4. Sugerimos que se indiquem os valores das garantias bancárias que irão ser apresentados, relativos aos lotes 2 e 3

5.
(9ª)

Sugerimos que se exclua a Cláusula 10ª (uma vez que é igual à Cláusula

MUNICIPIO BRAGA

Com os melhores cumprimentos
AXPO Portugal



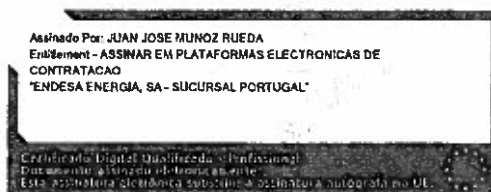
Observações à Minuta de Contrato

Vem por este meio Endesa Energia SA – Sucursal Portugal, fazer as observações abaixo indicadas à minuta de contrato relativas ao Procedimento Ref^o CPI/4/2019:

- Cláusula 4^a Minuta Contrato – Lote está mal identificado – (o Lote adjudicado à Endesa é o 5 e não o 2)
- Cláusula VI da Minuta do Contrato – o valor indicado para a Garantia Bancária não está correto e o lote adjudicado à Endesa foi o 5 e não o 1 e o 4
- Assinantes do Contrato

Indicamos que os assinantes do contrato por parte da Endesa são: Francisco Javier Uriarte Monereo e Juan José Muñoz Rueda (enviamos em anexo as respectivas Procurações de Poderes e documentos de identificação)

Porto, 17 julho 2019





BRAGA

DIVISÃO DE APROVISIONAMENTO,
CONTRATAÇÃO PÚBLICA E
GESTÃO DE PATRIMÓNIO

C.M.-Reunião de 15/7/2019

Deliberado aprovar Abstenções
do PS e CDU

PROPOSTA

Procedimento n.º 4/19/DACPGP - Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em BTN - Baixa Tensão Normal $\leq 20,7$ kVA (lote 1), BTN - Baixa Tensão Normal $> 20,7$ kVA (lote 2); BTE - Baixa Tensão Especial (lote 3), MT - Média Tensão (lote 4) e "Iluminação Pública" (lote 5)

O procedimento mencionado em epígrafe e desencadeado através Concurso Público com publicidade internacional, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, tem em vista a aprovação das seguintes propostas:

- a) Relatório final anexo (148.º/4).
- b) Decisão de adjudicação (76.º).
- c) Redução do contrato a escrito (94.º).
- d) Aprovação das Minutas do Contratos (98.º).

Handwritten notes and signatures on the right margin, including "107", "A", and several illegible signatures.

**2. PROCESSO RELATIVO AO PROCEDIMENTO Nº 4/19/DACPGP
- FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS
INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BTN - BAIXA TENSÃO
NORMAL, BAIXA TENSÃO ESPECIAL, MÉDIA TENSÃO E
"ILUMINAÇÃO PÚBLICA "LOTE 5":**

Da **DACPGP** submetendo à consideração do Executivo Municipal o procedimento mencionado em epígrafe e desencadeado através de Concurso Público com publicidade internacional ao abrigo da a) do nº 1 do artº 20º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Dec-Lei nº 8/2008 de 29 de janeiro, republicado no Dec-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto, com as alterações vigentes, tendo em vista a aprovação das seguintes propostas:

- Relatório Final - 148º/4- anexo);
- Decisão de adjudicação - 76º;
- Redução do contrato a escrito - 94º;
- Aprovação das minutas dos contratos - 98º.

Deliberação aprovada por António da Silva e C.A.

Acesso à Rede

1. A celebração do presente Contrato pressupõe que a entidade adjudicante expressamente autorize a AXPO para que esta, em sua representação, promova junto do operador da rede de distribuição todas as ações necessárias à ativação, alteração e demais ações relacionadas com a gestão do(s) ponto(s) de fornecimento, bem como proceda à consulta das suas características técnicas.
2. A AXPO, com o objetivo de levar a cabo o fornecimento de energia ora contratado e dando cumprimento às obrigações legais e regulamentares, nomeadamente as constantes no RRC e no RQS, transmitirá ao operador da rede de distribuição todos os dados da entidade adjudicante eventualmente necessários a esse fim, incluindo os dados referentes a Clientes prioritários.
3. Por seu lado, a entidade adjudicante expressamente autoriza a transmissão de tais dados nos termos e para os efeitos ora consignados, aceitando também a sua incorporação no registo do ponto de entrega, obrigando-se ainda a fornecer todos os documentos eventualmente necessários à realização do registo junto do referido operador.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

Parecer

Propõe-se a remessa a Reunião de Câmara para aprovação das propostas constantes da presente informação.

O Diretor de Departamento,



(Carlos Meireles)

2019/07/04

Despacho

Remeta-se ao Órgão Executivo para adjudicação e aprovação das minutas dos contratos, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)

19/07/04

1. Informação

Data

03/07/2019

Autor	Nome	Carreira/Cargo
	Leila Camacho	Técnica Superior

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Preço adjudicado (s/ IVA)	Prazo execução
CPI/4/19/DACPGP	Lote 1: 1 037 673,85 €	Lote 1: 1 037 673,85 €	24 meses
	Lote2: 838 743,02 €	Lote2: 838 743,02 €	
	Lote3: 834 944,72 €	Lote3: 834 944,72 €	
	Lote 4: 707 729,95 €	Lote 4: 707 729,95 €	
	Lote5: 6 293 103,24 €	Lote5: 6 293 103,24 €	

Objeto

Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em BTN - Baixa Tensão Normal <= 20,7 kVA (lote 1), BTN - Baixa Tensão Normal > 20,7 kVA (lote 2); BTE - Baixa Tensão Especial (lote 3), MT - Média Tensão (lote4) e "Iluminação Pública" (lote 5)

3. Propostas de aprovação

- Relatório final anexo (148.º/4).
- Decisão de adjudicação (76.º).
- Redução do contrato a escrito (94.º).
- Aprovação das Minutas do Contratos (98.º).

4. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

1/8

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

5. Abertura do procedimento

Foi deliberado, pelo Órgão Executivo, na sua reunião do dia 13/04/2019, aprovar a abertura de procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.

6. Apresentação de propostas

No dia 31 de maio de 2019, procedeu-se à abertura das propostas apresentadas de acordo com o relatório preliminar.

7. Análise, avaliação e ordenação das propostas apresentadas

No dia 14 de junho de 2019, o júri do procedimento reuniu para analisar e avaliar as propostas apresentadas e elaborar o relatório preliminar, o qual foi submetido a audiência prévia, pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Em sede de audiência prévia foi recebida exposição da seguinte entidade: Luzboa - Comercialização de Energia, Lda.

De acordo com o relatório final, não procedendo o alegado pela concorrente "Luzboa", entendeu o júri manter o teor e as conclusões do relatório preliminar.

8. Proposta do júri

No dia 02 de julho, o júri elaborou o relatório final e, por unanimidade, propôs a adjudicação por lotes nos seguintes termos:

Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN) ≤ 20,7 kVA

Ordenação	Concorrentes	Valor da Proposta s/ Iva*
1	Luzboa - Comercialização de energia, Lda	1 037 673,85 €

Lote 2 - Baixa Tensão Normal (BTN) > 20,7 kVA

Ordenação	Concorrentes	Valor da Proposta s/IVA*
1	AXPO Energia Portugal, Unipessoal, Lda	838 743,02 €

Lote 3 - Baixa Tensão Especial (BTE)

Ordenação	Concorrentes	Valor da Proposta s/IVA*
1	AXPO Energia Portugal, Unipessoal, Lda	834 944,72 €

Lote 4 - Média Tensão (MT)

Ordenação	Concorrentes	Valor da Proposta s/IVA*
1	Luzboa - Comercialização de energia, Lda	707 729,95 €

Lote 5 - Iluminação Pública (IP);

Ordenação	Concorrentes	Valor da Proposta s/IVA*
1	Endesa Energia, S.A	6 293 103,24 €

* De acordo com a cláusula 6.º do caderno de encargos, os valores contratuais resultam da multiplicação dos **preços unitários** adjudicados pelas **quantidades efetivas** não poderá exceder os montantes fixados nas tabelas supra mencionadas, no **prazo máximo de vigência** admitido (valores sem IVA).

O produto da multiplicação dos preços unitários pelas quantidades efetivas **acrescidas de todos os outros elementos que compõem a fatura** a pagar ao co-contratante e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras, não pode, em qualquer caso, ser superior aos montantes discriminados nas tabelas supramencionadas por lote, sendo o valor de **€ 9 712 194,78, no total dos lotes, no prazo máximo de vigência** admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).

9. Caução

1. O adjudicatário será notificado da adjudicação, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de 10 dias, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no n.º 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 90.º do CCP.

2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 5%, nos termos do artigo 89.º, n.º1, do CCP, do preço total do contrato por lotes:

Lotes	Valor contrato	Valor da Caução
Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN) ≤ 20,7 kVA -	1 037 673,85 €	51 883,69 €
Lote 2 - Baixa Tensão Normal (BTN) > 20,7 kVA -	838 743,02 €	41 937,15 €
Lote 3 - Baixa Tensão Especial (BTE) –	834 944,72 €	41 747,24 €
Lote 4 - Média Tensão (MT) –	707 729,95 €	35 386,50 €
Lote 5 - Iluminação Pública (IP, que inclui BTN) –	6 293 103,24 €	314 655,16 €

3. Poderá ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante nos termos do modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa de Concurso, que dele faz parte integrante;
4. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo IV** ao presente Programa de Concurso, que dele fazem parte integrante.
5. A liberação da caução ocorrerá na devida proporção anual do cumprimento das obrigações contratuais.
6. Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar [ou declaração de assunção de responsabilidade solidária] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.

10. Redução do Contrato a escrito – Lote 1

10.1 Exigível

10.1.1. Fundamentação de Direito

De acordo com o disposto no artigo 94.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, é exigível a redução do contrato a escrito, "quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda os 10.000.

10.1.2. Fundamentação de Direito

No caso concreto, o preço contratual é de 1.037.673,85€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo que é exigível a redução do contrato a escrito.

10.2 Prazo de Suspensão**10.2.1. Aplicável****10.2.1.1. Fundamentação de Direito**

O prazo de início da execução do contrato (prazo de suspensão) nunca pode ser inferior a 10 dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação (n.º 4 do artigo 95.º e n.º 2 do artigo 104.º CCP) na sua atual redação. Exceto quando:

- a) Não tenha sido publicado anúncio do procedimento no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE);
- b) Se trate da celebração de um contrato ao abrigo de acordo-quadro cujos termos abranjam todos os seus aspetos ou que tenha sido celebrado apenas com uma entidade;
- c) Só tenha sido apresentada uma proposta

10.2.1.2. Fundamentação de Facto

No caso concreto foi adotado o Concurso Público com publicidade internacional, ou seja, com publicidade no JOUE, pelo que o prazo de suspensão é aplicável.

11. Redução do Contrato a escrito – Lote 2**11.1 Exigível****11.1.1. Fundamentação de Direito**

De acordo com o disposto no artigo 94.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, é exigível a redução do contrato a escrito, "quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda os 10.000.

11.1.2. Fundamentação de Direito

No caso concreto, o preço contratual é de 838.743,02€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo que é exigível a redução do contrato a escrito.

11.2 Prazo de Suspensão**11.2.1. Aplicável****11.2.1.1. Fundamentação de Direito**

O prazo de início da execução do contrato (prazo de suspensão) nunca pode ser inferior a 10 dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação (n.º 4 do artigo 95.º e n.º 2 do artigo 104.º CCP) na sua atual redação. Exceto quando:

- d) Não tenha sido publicado anúncio do procedimento no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE);
- e) Se trate da celebração de um contrato ao abrigo de acordo-quadro cujos termos abranjam todos os seus aspetos ou que tenha sido celebrado apenas com uma entidade;

f) Só tenha sido apresentada uma proposta

11.2.1.2. Fundamentação de Facto

No caso concreto foi adotado o Concurso Público com publicidade internacional, ou seja, com publicidade no JOUE, pelo que o prazo de suspensão é aplicável.

12. Redução do Contrato a escrito – Lote 3

12.1 Exigível

12.1.1. Fundamentação de Direito

De acordo com o disposto no artigo 94.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, é exigível a redução do contrato a escrito, “quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda os 10.000.

12.1.2. Fundamentação de Direito

No caso concreto, o preço contratual é de 834.944,72€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo que é exigível a redução do contrato a escrito.

12.2 Prazo de Suspensão

12.2.1. Aplicável

12.2.1.1. Fundamentação de Direito

O prazo de início da execução do contrato (prazo de suspensão) nunca pode ser inferior a 10 dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação (n.º 4 do artigo 95.º e n.º 2 do artigo 104.º CCP) na sua atual redação. Exceto quando:

- g) Não tenha sido publicado anúncio do procedimento no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE);
- h) Se trate da celebração de um contrato ao abrigo de acordo-quadro cujos termos abranjam todos os seus aspetos ou que tenha sido celebrado apenas com uma entidade;
- i) Só tenha sido apresentada uma proposta

12.2.1.2. Fundamentação de Facto

No caso concreto foi adotado o Concurso Público com publicidade internacional, ou seja, com publicidade no JOUE, pelo que o prazo de suspensão é aplicável.

13. Redução do Contrato a escrito – Lote 4

13.1 Exigível

13.1.1. Fundamentação de Direito

De acordo com o disposto no artigo 94.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, é exigível a redução do contrato a escrito, "quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda os 10.000.

13.1.2. Fundamentação de Direito

No caso concreto, o preço contratual é de 707.729,95€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo que é exigível a redução do contrato a escrito.

13.2 Prazo de Suspensão

13.2.1. Aplicável

13.2.1.1. Fundamentação de Direito

O prazo de início da execução do contrato (prazo de suspensão) nunca pode ser inferior a 10 dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação (n.º 4 do artigo 95.º e n.º 2 do artigo 104.º CCP) na sua atual redação. Exceto quando:

- j) Não tenha sido publicado anúncio do procedimento no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE);
- k) Se trate da celebração de um contrato ao abrigo de acordo-quadro cujos termos abranjam todos os seus aspetos ou que tenha sido celebrado apenas com uma entidade;
- l) Só tenha sido apresentada uma proposta

13.2.1.2. Fundamentação de Facto

No caso concreto foi adotado o Concurso Público com publicidade internacional, ou seja, com publicidade no JOUE, pelo que o prazo de suspensão é aplicável.

14. Redução do Contrato a escrito – Lote 5

14.1 Exigível

14.1.1. Fundamentação de Direito

De acordo com o disposto no artigo 94.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, é exigível a redução do contrato a escrito, "quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda os 10.000.

14.1.2. Fundamentação de Direito

No caso concreto, o preço contratual é de 6.293.103,24€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo que é exigível a redução do contrato a escrito.

14.2 Prazo de Suspensão

14.2.1. Aplicável

14.2.1.1. Fundamentação de Direito

O prazo de início da execução do contrato (prazo de suspensão) nunca pode ser inferior a 10 dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação (n.º 4 do artigo 95.º e n.º 2 do artigo 104.º CCP) na sua atual redação. Exceto quando:

- m) Não tenha sido publicado anúncio do procedimento no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE);
- n) Se trate da celebração de um contrato ao abrigo de acordo-quadro cujos termos abranjam todos os seus aspetos ou que tenha sido celebrado apenas com uma entidade;
- o) Só tenha sido apresentada uma proposta

14.2.1.2. Fundamentação de Facto

No caso concreto foi adotado o Concurso Público com publicidade internacional, ou seja, com publicidade no JOUE, pelo que o prazo de suspensão é aplicável.

15. Anexos

- a) Relatório Preliminar
- b) Relatório Final;
- c) Minutas dos Contratos por lote